

**KIC AFM – ARTICULAÇÃO FEMINISTA MARCOSUR  
SISTEMATIZAÇÃO EXPERIÊNCIA BRASIL  
25. setembro.2007**

**Método de Organização e Ação Política da AMB -  
Articulação de Mulheres Brasileiras<sup>1</sup>**

No modo de funcionamento e atuação da AMB pode-se detectar elementos constitutivos de um método próprio de auto-organização e ação política? Responder a esta pergunta é o desafio assumido ao elaborarmos esta sistematização, que é parte da preparação brasileira para o encontro continental da AFM – Articulação Feminista Marcosur.

O processo de sistematização sobre a experiência da AMB pretende também contribuir para a reflexão interna sobre a sua organização, funcionamento, procedimentos adotados para ação pública e mecanismos de participação, como parte da sua consolidação como uma articulação de movimento social. Para isso, tomamos por fundamento, o feminismo como um pensamento crítico, mas também como uma prática política, que tem como foco principal a liberdade e a igualdade para as mulheres. O movimento feminista é, portanto, parte do movimento de mulheres, o qual congrega todas as formas de organização de mulheres em lutas por diferentes objetivos, vinculados a direitos<sup>2</sup>. Foi nesta perspectiva que o Comitê Político da AMB, em 2003, tomou a decisão de trabalhar com afinco para a consolidação da AMB como um movimento social, e é neste processo que se inclui esta sistematização.

Chegamos a este texto a partir de formulações dos documentos da AMB, entre os quais relatórios, boletins, panfletos; de entrevistas com coordenadoras nacionais e com coordenadoras de fóruns de mulheres dos Estados, e do registro de uma oficina com a coordenação nacional, feita especialmente para este fim. Na seqüência, este texto poderá ser utilizado como um instrumento de debate interno na AMB e, possivelmente, subsidiará a

---

<sup>1</sup> Sistematização elaborada por Carmen Silva, educadora do SOS CORPO Instituto Feminista para a Democracia. Recife, setembro de 2007.

<sup>2</sup> Ávila, Maria Betânia. Feminismo e sujeitos político. In: SILVA, Carmen, ÁVILA, Maria Betânia, FERREIRA, Verônica. Mulher e Trabalho. Recife, Edições SOS CORPO, 2005.

coordenação nacional, na consulta nacional que está sendo preparada sobre a sua forma de organização e funcionamento.

Para respondermos à questão proposta no início deste processo de sistematização, se há ou não um método próprio de organização e ação política na AMB, fez-se necessário resgatarmos um breve histórico desta articulação, seu processo atual de organização, suas pautas atuais e seus procedimentos comuns de ação política em torno da luta pelos direitos das mulheres. A partir daí é que será possível discutir a existência de um método e apontar lacunas e aprendizados que temos vivenciado nesta experiência de construção de uma articulação do movimento feminista a nível nacional no Brasil.

## **BREVE HISTÓRICO DA AMB**

*"Existirmos, a que será que se destina?..."*

“A AMB é uma articulação política, não partidária, cuja origem está no esforço de organização do movimento de mulheres brasileiro, vivenciado no processo de preparação para a IV Conferência Mundial das Nações Unidas sobre ‘Mulheres, Desenvolvimento e Paz’, realizada em Pequim (Beijing), na China, em 1995”<sup>3</sup>. Ela tem, entre seus princípios, o respeito à autonomia organizativa e política dos espaços organizativos que a constituem. Estes espaços, organizados em cada Estado<sup>4</sup>, são chamados redes, fóruns, núcleos ou articulações. Doravante usaremos o termo ‘fórum’ ao nos referirmos a todos eles, a fim de facilitar a compreensão.

Hoje a AMB se organiza através do Encontro Nacional, que congrega ativistas de todos os espaços feministas que apóiem a AMB e desejem participar; do Comitê Político Nacional, o que equivale em outros movimentos à direção nacional, no qual se reúnem representados os Fóruns Estaduais de

---

<sup>3</sup> Boletim do I ENAMB – Encontro Nacional da AMB, 7 a 10 de dezembro de 2006, Goiânia – GO.

<sup>4</sup> Estados, neste caso, correspondem a unidades da federação.

Mulheres com a Coordenação Executiva Nacional e onde têm assento também as redes, movimentos e articulações parceiras. A Coordenação, é composta por 8 coordenadoras articuladas a partir de regiões do país, e mais cinco assim distribuídas: a representante da AMB na Articulação Feminista Marcosur, a representantes no Conselho Nacional dos Direitos da Mulher, e três componentes da Secretaria Executiva Nacional. A Secretaria é assumida, de forma colegiada, atualmente, por duas organizações feministas, o SOS CORPO Instituto Feminista para Democracia, com sede em Pernambuco, e o Coletivo Leila Diniz Estudos e Pesquisas, com sede no Rio Grande do Norte.

### **AMB rumo à Beijing**

Inicialmente a AMB foi constituída como Articulação de Mulheres Brasileiras para Beijing, isto é, como um processo que visava a elaboração de um documento do movimento de mulheres no Brasil e preparação das representantes do país para a Conferência nas Nações Unidas. Começou com algumas feministas do Rio de Janeiro e São Paulo articulando uma reunião com feministas de outros Estados para discutir um documento próprio do movimento e/ou a influência sobre o documento oficial do governo brasileiro a ser enviado à Beijing.

Neste processo inicial dois conflitos marcaram o debate<sup>5</sup>: primeiro as divergências sobre forma de financiamento do processo, para umas a participação brasileira deveria ser auto-financiada e para outras não havia problemas em receber qualquer tipo de apoio. Neste ínterim ocorreu a oferta da USAID de financiar a delegação brasileira. Em função do papel que este organismo norte-americano teve durante a ditadura militar no Brasil, a posição negativa foi consensual, alargando o debate para reflexão sobre critérios políticos para discussão de qualquer apoio financeiro, mas ocorreram várias tensões no percurso que marcaram o início da AMB. <sup>i</sup>

O segundo conflito fundamental neste início da Articulação foi sobre o documento que deveria ser elaborado com as posições do movimento feminista brasileiro. Sobre este documento havia duas posições: a primeira que considerava necessário ser um documento com grande fundamentação e feito

---

<sup>5</sup> Informações obtidas nas entrevistas de Schuma Scumacher e Silvia Camurça.

por especialistas e a outra que achava imprescindível ser um documento que tomasse por base os debates preparatórios no movimento de mulheres a serem realizados em todos os Estados da federação. A decisão sobre este conflito começa a constituir um modo de ação próprio da AMB. Decidiu-se por criar um grupo de especialistas que trabalhasse no documento, mas também articular um processo de debate nacional, com reuniões e encontros em todos os lugares possíveis para construir as propostas do movimento de mulheres brasileiro que deveriam constar neste documento. Além disso, decidiu-se também que a delegação brasileira seria composta por representantes eleitas nestes espaços organizativos em cada Estado. E assim foi feito<sup>6</sup>.

O encontro nacional que finalizou este processo reuniu 800 mulheres no Rio de Janeiro e constituiu um documento que expressa os debates ocorridos em todos os recantos do país. Com ele, a delegação brasileira de 300 mulheres, foi à Conferência da ONU em Beijing, em 1995. Este início da AMB esteve articulado a participação latino americana na Conferência Mundial, de onde surgiu a AFM – Articulação Feminista Marcosur, da qual a AMB é uma das fundadoras. “Isso foi importante porque fez a gente no Brasil se sentir parte da América Latina”, salienta Guacira.

Deste processo resultou também a criação de espaços organizativos do movimento de mulheres em vários Estados, nos quais ainda não existiam, com o caráter de fórum. Estes Fóruns congregaram diversos tipos de organizações de mulheres, variando de um lugar para outro, como ONGs feministas, grupos populares de mulheres, organizações de mulheres de sindicatos urbanos e rurais, núcleos de estudos acadêmicos, movimentos autônomos de mulheres, setoriais de mulheres de movimentos mistos (compostos por homens e mulheres), feministas de ONGs mistas e feministas que não estão atuantes em nenhum destes tipos de organização e articulam-se diretamente com a ação dos Fóruns de Mulheres.

O movimento feminista, por princípio, é contrário à centralização e a estruturas verticalizadas, o que, no Brasil, é comum em organizações nacionais, então como foi aceita esta idéia de uma articulação nacional com este

---

<sup>6</sup> Informações obtidas nas entrevistas de Schuma Schumacher e Guacira César de Oliveira.

poder de congregação de diferentes organizações? Segundo Schuma já havia várias iniciativas de um espaço nacional que congregasse diferentes organizações, sem muito resultado, neste momento isso foi possível porque a AMB era datada, tinha um tempo e um objetivo determinado: até Beijing. Guacira acrescenta o interesse de inúmeras instâncias do movimento no âmbito local de articularem-se entre si e a disposição de feministas dispersas em diferentes lugares como uma forte contribuição que viabilizou a AMB.

### **Tempos antes da AMB**

Este momento de forte articulação no movimento de mulheres brasileiro não surge do acaso. Há uma ação intencionada de várias feministas que viajaram por todo o país com o intuito de contribuir nesta construção. Há também uma conjuntura política imediatamente anterior que ajuda a explicá-lo. Senão vejamos: o Brasil, desde a década de 80, vivia o processo de redemocratização pós ditadura militar. A década de 80 foi, para o conjunto dos movimentos sociais brasileiros, um momento de grande crescimento e articulação. O movimento de mulheres teve uma forte atuação especialmente na área de violência e saúde, da qual resultaram, como mecanismos de políticas públicas, a criação das DEAMs – delegacias de polícia especializadas no atendimento à mulher vítima de violência e a implantação do PAISM - programa de atenção à saúde da mulher.

Neste período os movimentos sociais participaram ativamente da campanha nacional por eleições diretas para a presidência da República, em 2004, que ficou conhecida por seu lema “Diretas Já!” e da campanha por uma assembléia nacional constituinte livre, democrática e soberana, em 2005. A campanha das Diretas foi derrotada. O Presidente da República, Tancredo Neves, de um partido de ‘oposição consentida’ foi eleito em colégio eleitoral composto pelo Congresso Nacional, e, com seu falecimento imediatamente posterior à eleição, o governo federal foi assumido pelo vice, José Sarney, líder do partido de grande sustentação à Ditadura Militar. O Brasil fez uma saída da Ditadura Militar com uma transição conservadora.

Já a campanha pela assembléia constituinte exclusiva foi vitoriosa. Em 2006 foram eleitos/as deputados/as com o único objetivo de elaborar a

nova constituição do Brasil, para a qual foi aberta também a possibilidade de participação popular. Os movimentos sociais participam ativamente com a elaboração de emendas populares ao texto da Constituição, para as quais foram coletadas milhares de assinaturas. Este processo conseguiu instituir, no texto constitucional, vários direitos sociais até então não formalizados no Brasil.

O movimento de mulheres atuou de forma marcante neste processo. Não havia uma organização nacional do movimento com capacidade de articulação geral de suas ativistas e suas propostas, daí as feministas que neste momento estavam no Conselho Nacional dos Direitos da Mulher, um órgão governamental de caráter consultivo com participação da sociedade civil, assumiram a liderança da articulação do movimento de mulheres em torno da emenda popular pelos direitos das mulheres na Constituição, que ficou conhecido como “lobby do batom”, e que resultou nas conquistas que as mulheres brasileiras tiveram na Constituição de 1988, que entrou para a história como Constituição Cidadã. Dela derivaram várias leis específicas que estabelecem direitos e que criaram espaços de participação da sociedade na gestão das políticas públicas para implementação destes direitos, os conselhos e conferências, que na conjuntura atual avaliamos com um olhar bastante crítico.

Consideramos que o processo de articulação criado para a participação das mulheres brasileiras na Conferência de Beijing foi favorecido por este momento do movimento de mulheres criado com a grande mobilização nacional pela coleta de assinaturas e pressão sobre os/as deputados/as constituintes em função dos direitos das mulheres. Isso não nega a força da intencionalidade das feministas que estavam à frente deste novo momento de mobilização, pelo contrário, ela própria pode ser vista no bojo deste momento forte de atuação dos movimentos sociais como um todo, e se articulou também com o ideário feminista de ‘dar voz às mulheres’, historicamente excluídas dos processos políticos.

“Dar voz às mulheres” parece ter sido a idéia força que se expressou no método adotado neste início da articulação. “Tem a ver com a discussão do poder e a não aceitação de representação como delegação, mas também tem a ver com a compreensão de que o enfrentamento das mulheres ao

sistema passa pela elaboração sobre a minha própria condição, isso como um exercício libertador”, enfatiza Silvia, “No Brasil tem uma tradição muito forte, vinda de diferentes caminhos, de que fazer as coisas em roda, facilitar a fala, a participação, mexer com o corpo, dialogar, produzir conhecimento junto...isso liberta”. É neste caldo de cultura que se elabora o documento para Beijing tomando por base os debates feitos nos espaços estaduais, os quais também escolhem as suas representantes.

Para algumas feministas “Beijing era um pretexto que a gente tinha que aproveitar para mobilizar as mulheres” e daí a decisão de que para ir a Beijing era preciso ser escolhida em um espaço estadual que articulasse os grupos e movimentos de mulheres existentes naquele local. “Um outro instrumento adotado foi o roteiro de discussão, então você tinha que organizar rodas de conversas, fóruns de debates nos Estados... na época a gente chamava assim... foi um método que voltou a ser adotado depois, na preparação da conferência de mulheres brasileiras, e isso não foi feito para produzir documento não, isso realmente foi feito para aproveitar... vamos aproveitar para discutir com as mulheres a situação das mulheres”<sup>7</sup>.

### **AMB pós Beijing**

Ao voltar da Conferência de Beijing, em uma nova reunião nacional, a posição da coordenação foi no sentido de encerrar ali as atividades da AMB, já que ela era uma articulação que tinha cumprido seu objetivo. Entretanto, a posição majoritária entre as presentes foi pela continuidade da AMB. Esta foi a primeira decisão e em seguida acertou-se que a AMB se voltaria para fazer o monitoramento da Plataforma de Beijing<sup>8</sup> no Brasil.

A idéia de monitoramento das plataformas resultantes das Conferências do ciclo social da ONU era forte na década de 90 no Brasil. Para algumas se tratava de acompanhar o que seria feito para implantação das deliberações da ONU no país, para outras seria necessário um intenso processo de mobilização para exigir do Estado brasileiro o estabelecimento de direitos e as políticas públicas necessárias para cumprir a plataforma de Beijing. A noção

---

<sup>7</sup> Entrevista de Silvia Camurça.

<sup>8</sup> Entrevista de Guacira César de Oliveira e Schuma Schumacher.

de monitoramento de políticas públicas, que se torna forte nas ongs e nos movimentos sociais na década de 90, tem por trás de si o ciclo social da ONU, as políticas do Banco Mundial de ajuste estrutural e o advento do neoliberalismo que reduz a ação do Estado na área social. No Brasil vivíamos, e ainda vivemos, as contradições de termos uma Constituição Cidadã e leis que estabelecem vários direitos e a redução do Estado e das políticas que seriam necessárias para efetivar estes direitos.

“A estratégia foi automaticamente dada, tinha tido Viena (Conferência de Direitos Humanos), Cairo (Conferência sobre População e Desenvolvimento), e agora Beijing... já estava cantada uma pauta de políticas públicas para serem monitoradas, mas na verdade elas eram para serem conquistadas. Na época houve uma grande discussão para dar ao conceito de monitoramento um sentido ativo, não só de fiscalização, mas de luta pela implantação, um sentido crítico... mas o conceito é ruim, ele segura, ele limita, acaba tendo um sentido mais passivo”<sup>9</sup>.

Os últimos anos da década de 90 são, para a AMB, um momento difícil de articulação. São feitas algumas reuniões nacionais, momentos de debates sobre as pautas feministas nas políticas públicas, mas não há uma grande participação e mobilização dos Fóruns Estaduais, alguns dos quais se fragilizaram, funcionando esporadicamente por ocasião das atividades do dia da mulher, e outros seguiam construindo suas lutas locais e organizando-se de forma autônoma. Havia feministas ligadas à AMB atuando no CNDM e em espaços internacionais do movimento, e foram construídas aí diversas elaborações sobre os direitos e as políticas para mulheres. Este momento de baixa capacidade de articulação constitui-se como uma crise na AMB, que vai sendo superada a partir de 2000.

“A AMB promoveu um balanço nacional das políticas públicas federais, em 2000, e, dentro da luta feminista pela qualificação do debate sobre democracia no Brasil, definiu entre suas prioridades a luta contra o racismo, demarcando relação especial com o movimento de mulheres negras, entre as alianças com outros movimentos. A AMB se engajou no processo preparatório à

---

<sup>9</sup> Entrevista de Maria Betânia Ávila.

Conferência Mundial Contra o Racismo, Discriminação Racial, Xenofobia e Formas Correlatas de Intolerância (ONU, Durban, 2001), e passou a visibilizar, cada vez mais, seu compromisso e identidade com a luta feminista anti-racista<sup>10</sup>

Este momento tem como marca do processo de fortalecimento da articulação uma reunião em Natal, no Rio Grande do Norte, convocada com o intuito de repensar a AMB, a partir da idéia de reforçar a articulação nos Estados e retomar a discussão de políticas públicas com o governo brasileiro.

### **Uma nova estratégia**

No bojo da crise de articulação, uma reunião nacional da AMB, convocada inicialmente para organizar a interlocução com o Estado brasileiro, na época com o governo de Fernando Henrique Cardoso, no sentido do monitoramento da Plataforma de Beijing e da exigência de políticas públicas, possibilita dar uma guinada na história. A AMB decide articular uma grande aliança de todo o movimento feminista e, para além dele, do movimento de mulheres, com o intuito de construir uma plataforma própria das mulheres brasileiras, a partir da qual poderíamos nos dirigir autonomamente frente ao governo e à sociedade em defesa de nossos direitos.

Nascia ali uma nova estratégia para rearticular as forças do movimento feminista e com ela criou-se uma nova onda de mobilização que resultou na Conferência Nacional de Mulheres Brasileiras que elaborou a Plataforma Política Feminista, a referência geral de projeto político utilizada hoje pela AMB. O procedimento adotado foi o mesmo: articularam-se reuniões nacionais amplas, com representações de todos os Estados e de todas as articulações e movimentos de mulheres que desejassem participar; construiu-se uma carta de princípios e um roteiro básico que subsidiaram o processo de debates em todos os cantos do país; e realizou-se conferências estaduais em 25 dos 26 Estados da federação e no Distrito Federal, totalizando uma participação de 5.212 mulheres, muitas das quais são participantes de grupos locais. Da conferência nacional participaram 1.395 pessoas escolhidas nas conferências estaduais. Além da AMB, estiveram envolvidas na comissão organizadora

---

<sup>10</sup> Documento preparatório ao I ENAMB.

nacional nove articulações nacionais do movimento de mulheres<sup>11</sup>. Esta Conferência, organizada autonomamente pelo movimento, sem participação do governo, é um marco importante na história do feminismo no país.

A partir de 2000 a AMB vem atuando também no processo Fórum Social Mundial sintonizada com a Articulação Feminista Marcosur, com a qual realiza vários debates, e também dos Diálogos Feministas, momento que articula diversas expressões do feminismo, a nível mundial, antecedendo os eventos do Fórum Social Mundial. Inicialmente a atuação se deu com o “Planeta Fêmea”, espaço de aglutinação e debates de feministas no interior do FSM, e na seqüência, mantendo alguns espaços próprios, realizou diversas atividades em conjunto com outros movimentos sociais, nas diferentes frentes de luta que assume. No I FSM, onde ocorreu o planeta fêmea, merece destaque maior a manifestação sobre o aborto, que teve muita adesão entre os-as participantes do Fórum Social<sup>12</sup>.

A conjuntura brasileira é marcada, neste período, pela eleição em 2002 do presidente Luís Inácio Lula da Silva, que sendo candidato do PT e de uma frente de partidos de largo espectro político, é também uma expressão política da força do campo de movimentos sociais<sup>13</sup> advindos do período da redemocratização. Lula inaugura um novo modo de relação com os movimentos sociais, abrindo novos canais de participação e de consulta sobre as políticas públicas. Mas, apesar disso, mantêm o mesmo tipo de política econômica do seu antecessor associada à reformas do Estado inspiradas na política neoliberal.

O Governo Lula cria a Secretaria Especial de Políticas para Mulheres, com status de ministério, e instala a I Conferência Nacional de Política para as Mulheres, em 2004, mecanismo similar aos existentes em outras áreas de políticas públicas a exemplo da saúde, direitos de crianças e

---

<sup>11</sup> Articulações nacionais da comissão organizadora a Conferência Nacional de Mulheres Brasileiras: ANMTR – Articulação Nacional de Mulheres Trabalhadora Rurais (hoje MMC – Movimento de Mulheres Camponesas), Articulação de ONGs de Mulheres Negras Brasileiras, Secretaria para Assuntos da Mulher Trabalhadora da CONTEE, Comissão Nacional sobre a Mulher Trabalhadora da CUT (Hoje Secretaria), Secretaria Nacional de Mulheres do PSB, Rede Mulheres do Rádio, Rede Nacional de Parteiros Tradicionais, Rede Nacional Feminista de Saúde, Direitos Sexuais e Direitos Reprodutivos, e UBM – União Brasileira de Mulheres.

<sup>12</sup> Entrevista de Maria Betânia Ávila

<sup>13</sup> Sobre campo político dos movimentos sociais ver SILVA, Carmen. Identidade ONGs e campo político dos movimentos sociais. Recife, SOS CORPO, 2005.

adolescentes, etc, com participação dos órgãos de governo e das organizações da sociedade civil. A AMB, em reunião com outras organizações nacionais do movimento de mulheres, traça uma estratégia para atuar neste processo que implica na mobilização e formação de opinião junto às delegadas que seriam eleitas nos Estados e estratégias de atuação na comissão organizadora nacional.

Neste momento a AMB toma como referência a Plataforma Política Feminista e publica uma revista “Articulando a Luta Feminista nas Políticas Públicas” na qual pontua as diferenças entre esta Conferência e a outra, organizada de forma autônoma pelo movimento, e propõe à Conferência Nacional que estabeleça Diretrizes de Políticas para as Mulheres. Situação semelhante ocorreu em 2007, no processo da II Conferência Nacional de Políticas para Mulheres.

### **Diversidade de lutas**

Paralelo a isso a AMB segue incentivando os Fóruns Estaduais de mulheres nas suas lutas no plano local e articulando algumas pautas feministas no plano nacional. Destaca-se neste período o enfrentamento à violência contra a mulher, a luta pela descriminalização do aborto, a participação crítica na reforma da previdência, a incidência sobre o orçamento público federal e a elaboração do Plano Pluri-anual (PPA) do governo federal, a participação no debate nacional sobre modelo de desenvolvimento e livre comércio, além da participação ativa nas Conferências de Políticas Públicas para Promoção de Igualdade Racial e na Conferência de Direitos Humanos<sup>14</sup>.

A AMB vem ampliando a sua presença articulada nos processos Fórum Social Mundial, tanto nos momentos de realização do FSM, Fórum Social Nordeste, Fórum Pam-amazônico, Fórum Hemisférico e Fórum Social Brasileiro, com nos comitês organizadores de todos estes momentos. Nestes espaços tem apresentado suas pautas de forma articulada com outros movimentos como é o caso da seqüência de atividades chamada “Aborto na agenda democrática” ou da série de debates sobre a democratização da democracia que muito contribuiu para a elaboração da proposta de reforma do

---

<sup>14</sup> Um Pouco da Nossa História. In: Documento do I Encontro Nacional da AMB, 7 a 10 de dezembro de 2006. Goiânia – GO.

sistema político brasileiro, para dar dois exemplos. Isso não significa, em absoluto, que a participação se dê de forma organizada, coesa, e com forte participação dos fóruns de mulheres, pelo contrário, avaliações feitas pela coordenação destacam a necessidade de investir forças na articulação da presença nos espaços internacionais, razão pela qual recém criou um Grupo de Trabalho de “lutas globais”, para enfrentar este desafio.

Este processo de auto-constituição da Articulação de Mulheres Brasileiras, uma articulação feminista e anti-racista, como um sujeito político de referência no campo dos movimentos sociais brasileiro, com condições de interlocução com o Estado e a sociedade, não foi algo pré-determinado, mas um processo político que reuniu as forças de feministas, de vários matizes políticas e várias expressões organizativas, num esforço conjunto de criar espaço político para fazer ouvir as vozes das mulheres brasileiras no cenário nacional. A presença de feministas negras desde o início e a sua organização como sujeito político externo, foi, para a AMB, um tensionamento positivo constante em função das novas questões que este sujeito traz para o pensamento feminista.

### **MODO DE ORGANIZAÇÃO NA AMB**

*"A vida vem em ondas como o mar..."*

O processo de auto-organização da AMB ao longo da história aponta indicativos de um método que possamos distinguir como fundamentado nos princípios feministas? Para não sermos tão ousadas vamos começar afirmando que há um modo de fazer as coisas na AMB que se repete e vai se afirmando ao longo de sua trajetória. Mas, este modo não parece ter sido criado a priori, antes do próprio processo. O brevíssimo histórico apresentado antes demonstra como as decisões que foram tomadas em momentos difíceis, em cada conjuntura, foram constituindo um modo de organizar-se, de funcionar cotidianamente e de agir, que hoje nos parece muito próprio da AMB, mas que também carrega consigo muitas dificuldades.

A AMB nasce com uma finalidade e um término pré-estabelecidos. Era uma articulação para Beijing. Na volta da Conferência decide continuar existindo, mas sem pré-estabelecer claramente como seria esta existência, apenas definindo o seu que-fazer. Já neste momento tinha-se a idéia de ser um espaço que 'dá voz às mulheres', em suas diversas expressões<sup>15</sup>. A indeterminação sobre como deveria ser esta articulação e a decisão de ser um espaço que congrega a diversidade das mulheres articuladas em movimentos parece ter sido a base para a constituição do modo de ser e de atuar da AMB hoje.

Desde o início a AMB não tinha uma linha política única e nem um rumo finalístico previamente estabelecido, a idéia era garantir a presença do movimento de mulheres brasileiro em Beijing, depois disso monitorar os resultados, em seguida juntar todos os movimentos na elaboração da Plataforma Política Feminista, posteriormente articular todo mundo para incidir nas Conferências de Políticas Públicas para as Mulheres convocadas pelo governo federal e assim foi. Para estes processos a coordenação nacional e o comitê político nacional da AMB sempre perceberam a importância de organizar documentos preparatórios, roteiros de debate e de articular discussões em todos os Estados para construir a força de sua presença nacional. É claro que em alguns Fóruns Estaduais, isto era feito e ainda enriquecido com os debates locais, e em outros a reflexão nacional não era tão presente assim. Esta situação diferenciada em muitos momentos enfraqueceu a atuação nacional da AMB.

“Na AMB as formas de participação são fluidas, a forma de mobilização é propositiva, não normativa e se dá pelo exercício da comunicação, interação e ação das mulheres feministas que dela participam... As prioridades de ação são construídas nas relações e processos decisórios participativos e estão marcadas pela produção de consensos na ação. O diálogo, a articulação e a livre adesão são compreendidos como método de relacionamento interno e método de relacionamento com outras organizações do movimento de mulheres

---

<sup>15</sup> Entrevista de Silvia Camurça.

brasileiro e internacional”<sup>16</sup>. Esta afirmação da AMB demonstra uma intencionalidade no modo de organizar-se e de construir as ações políticas. Vamos ver como isto ocorre a partir dos espaços decisórios.

### **Espaços de decisão**

A AMB instituiu o Comitê Político Nacional que reúne representantes de Fóruns Estaduais, articulação, rede e núcleo que integram. Estas participantes podem ser confirmadas ou renovadas a cada reunião, por decisão da sua organização estadual, mas a grande maioria mantêm as mesmas representantes. As reuniões são garantidas com projetos de financiamento para agências internacionais feitos pela Secretaria Executiva e/ou Coordenação Nacional e eles estabelecem o custeio de uma representante de cada Estado, entretanto todos os Estados têm três representantes, que às vezes se revezam nas reuniões ou participam conjuntamente, desde que o Fórum Estadual consiga custear. O Comitê Político congrega também representantes das principais redes parceiras com as quais a AMB articula muitas de suas pautas e, além disso, quase sempre faz um debate político relevante para o momento com feministas convidadas especialmente para este fim. O Comitê Político estabelece as prioridades anuais e as diretrizes do plano de ação da AMB.

A Coordenação Executiva Nacional é definida entre as integrantes do Comitê Político, periodicamente, buscando agregar a idéia de representação de regiões com atuação nacional. Além das reuniões do Comitê, a Coordenação tem momentos próprios de reunião. Acoplados à Coordenação funcionam, uns mais e outros menos, Grupos de Trabalho em torno de prioridades deliberadas no plano de ação, e compostos por mulheres do comitê político e outras que se agregam para contribuir com aquela questão. São exemplos destes grupos de trabalho: GT sobre violência contra a mulher, GT de lutas globais, Comissão organizadora do I Encontro Nacional, etc.

---

<sup>16</sup> Documento do I Encontro Nacional da AMB, 7 a 10 de dezembro de 2006, Goiânia – GO.

A partir de 2005 a AMB percebeu a necessidade de constituir um espaço mais amplo de engajamento da militância feminista que se afina com o seu modo de atuação e suas pautas políticas: o Encontro Nacional. O I Encontro, realizado na cidade de Goiânia, em dezembro de 2006 congregou “mulheres feministas dos espaços estaduais que constituem o comitê político, parceiras, aliadas, colaboradoras e simpatizantes, que dele participaram em nome próprio, inscritas de forma individual, ou pelas organizações e movimentos sociais nos quais atuam”.

A Carta de Princípios do I ENAMB estabelecia claramente qual o caráter que a coordenação deu ao Encontro: “O Encontro Nacional da AMB é um espaço plural e diversificado, não confessional, não governamental e não partidário. Sua metodologia de construção e realização orienta-se pelo respeito à diversidade das práticas e expressões políticas do feminismo, o respeito à necessária articulação entre os saberes populares e acadêmicos presentes entre as mulheres, e também pelo compromisso com a reflexão crítica feminista e a construção coletiva do conhecimento”<sup>17</sup>. Os registros feitos neste momento demonstram como o Encontro conseguiu ser uma expressão real da AMB, com a grande diversidade de organizações e de pautas políticas que animam o dia-a-dia dos Fóruns Estaduais, com uma configuração estética própria, uma metodologia participativa que possibilitou o diálogo entre experiências e saberes diversos e com grande participação de mulheres de grupos populares, que são maioria nos Fóruns de Mulheres que funcionam permanentemente.

### **Articulando por dentro e por fora**

O modo de organização da AMB está imbricado com o seu modo de ação política, ela se organiza para ação, e constrói diálogo e relação de compromisso para dentro, com a adesão dos Fóruns e outras organizações feministas (ONGs, grupos, núcleos acadêmicos...) às questões que ela propõe, e pra fora, construindo parcerias e alianças com outras articulações feministas e com outros movimentos sociais.

O processo de auto-constituição da AMB por ser aberto, sem filiação, funcionando por adesão conjuntural e sem regras muito fortes pré-

---

<sup>17</sup> Carta de Princípios do I ENAMB – Encontro Nacional da AMB, dezembro 2006.

determinadas, estimulou a adesão dos Fóruns Estaduais de mulheres ao seu Comitê Político e estimula a adesão às pautas propostas. Todavia, durante muito tempo, talvez pela fragilidade das instâncias nacionais e o espaçamento entre suas reuniões, a AMB não era uma presença constante no cotidiano dos Fóruns. Em alguns, até hoje, a visão sobre a AMB é limitada ao repasse de informes por parte da representante do Fórum no Comitê Político e à articulação para assinatura em algum documento ou participação em algum momento de pressão sobre o governo e/ou congresso nacional. O sentido de pertencimento das integrantes dos fóruns à AMB ainda não é generalizado em todos os Estados, embora pareça ter aumentado com a presença de muitas mulheres destes espaços no Encontro Nacional<sup>18</sup>.

Os grupos de trabalho que funcionam junto à Coordenação Nacional foram organizados para facilitar o aprofundamento e o encaminhamento das prioridades políticas da AMB, e também como um espaço de militância para feministas que não tem condições de participar cotidianamente dos Fóruns Estaduais, que atuam em ONGs, universidades e tem contribuições teórico-políticas a serem agregadas ao esforço de construção da AMB, em parceria com as integrantes do Comitê Político. Mas eles não conseguem funcionar tão satisfatoriamente, articulam-se de forma virtual por falta de recursos para reuniões, e atuam mais precisamente quando algumas participantes são instadas individualmente a escrever contribuições para um ou outro tema.

Neste momento o modo de organização da AMB é um objeto de discussão nas reuniões da Coordenação para encaminhamento de uma consulta nacional. Consulta Nacional é um instrumento da Secretaria Executiva e da Coordenação, dirigida aos Fóruns Estaduais, sempre que um determinado tema polêmico precisa ser definido para dar continuidade à ação da AMB. Ela é feita por meio eletrônico e as respostas dos Estados devem se basear em debates nos Fóruns Estaduais de Mulheres, mas em alguns casos resumem-se à participante no Comitê Político.

---

<sup>18</sup> Informação obtida na oficina com a Coordenação Nacional, Recife, junho de 2007.

Na pauta da próxima consulta nacional, sobre o modo de organização, está a revisão da composição da coordenação nacional que hoje é baseada em regiões, o que é avaliada como não tendo um funcionamento satisfatório. Apesar de ter uma coordenadora nacional para cada região avalie-se que existe baixa articulação dos Estados próximos para atuação conjunta e dificuldades de acompanhamento e de precisão do papel das coordenadoras eleitas em cada região. Também está em questão a forma de organização e funcionamento do Comitê Político. Há diferentes modos de compreender a presença das organizações parceiras, quem discorda desta presença considera que isso reduz a força do Comitê, já outras consideram que esta presença deveria ser estimulada e ampliada. Questiona-se também a possibilidade da AMB ter tomado um caráter federativo ao constituir-se como articulação de Fóruns Estaduais, o que seria um elemento contrário a seu caráter amplo de articulação da diversidade de movimentos de mulheres, o que exigiria engajar movimento regionais e nacionais no seu espaço de articulação, adotando caráter organizativo de rede de movimentos sociais.

A AMB deverá enfrentar neste momento também o debate sobre a autonomia político-organizativa dos Fóruns Estaduais que a constituem. Esta autonomia pode gerar ou não adesão às pautas políticas nacionais e internacionais propostas, e isso tem apresentado riscos e dispersão de forças em momentos chaves da conjuntura. Por outro lado, há reflexões no sentido de que a autonomia dos Fóruns para aderirem ou não a uma proposição política é que gera a força e a capacidade de mobilização da AMB, em função de seu estilo de rede e de formação de consensos ativos, sem obrigação prévia em torno das decisões nacionais<sup>19</sup>.

### **Os Fóruns Estaduais de Mulheres<sup>20</sup>**

---

<sup>19</sup> Registro de oficina com Coordenação Executiva Nacional da AMB. Recife, 16 de junho de 2007.

<sup>20</sup> As informações que compõem esta parte da sistematização foram obtidas em entrevistas com Marta Leiro, do Fórum de Mulheres de Salvador-Bahia; Nelita Frank, do Núcleo de Mulheres de Roraima; Graça Costa, do Fórum de Mulheres da Amazônia Paraense; Analba Brasão, do Fórum de Mulheres do Rio Grande do Norte; Maria Lucia (Malu) Lopes de Oliveira, da Rede de Mulheres da Paraíba; Joana Santos, do Fórum de Mulheres de Pernambuco; Beth Ferreira, do Fórum Cearense de Mulheres e Marta Cezária, do Fórum de Mulheres de Goiás.

Estão integrados à AMB os Fóruns de Mulheres dos 27 Estados brasileiros, incluindo aí o Distrito Federal. Elas são chamadas de modo diferentes em cada Estado: Fóruns, Redes, Núcleos ou Articulações. Esta diferença deve-se ao processo próprio de auto-constituição em cada lugar, o que garantiu especificidades e modos diferentes de organizar-se e de conduzir às lutas das mulheres e fazer o debate feminista no plano local. “A AMB não tem uma exigência de estrutura para adesão e pertencimento, é a estrutura que existe naquele local, com todas as suas dificuldades e possibilidades, com a sua história, que entra na AMB. Em alguns lugares vai ter tido força o movimento sindical, noutros a presença maior é de grupos populares, setores de igreja...e assim vai”<sup>21</sup>.

Na maioria dos Fóruns participam ONGs feministas, grupos populares de mulheres, feministas de outros movimentos sociais ou ongs mistas e algumas sem vínculo com nenhuma organização ou atuante no âmbito acadêmico. Mas há Estados do Brasil onde não há nenhuma ONG feminista e que mesmo nas Universidades a presença feminista é muito reduzida, como é o caso de Roraima. Há casos em que as mulheres do movimento sindical participam ativamente dos fóruns, há outros em que há um certo distanciamento. O mesmo ocorre com feministas mais vinculadas às universidades, que, muitas vezes, contribuem nos momentos fortes de elaboração sobre um problema em debates e seminários. Há situações em que as polêmicas entre “feministas acadêmicas” e “feministas populares” são marcas no processo organizativo do fórum, como e o caso de Salvador, na Bahia.

O modo de organização dos fóruns também é diversificado. Há aqueles que estão articulados em todo o território do Estado, como no Pará e Ceará, e outros que se restringem às capitais e áreas metropolitanas. Há fóruns que congregam poucas pessoas e organizações e outros que tem mais de 50 grupos participantes. Tem fóruns que tem um funcionamento permanente com um encontro periódico de planejamento e avaliação e reuniões periódicas para reflexão e organização das ações do movimento, mas há também alguns que funcionam em momentos de pique do movimento nacional como o dia 08 de

---

<sup>21</sup> Entrevista de Guacira César de Oliveira

março, dia internacional da mulher, ou na preparação das Conferências Nacionais de Políticas Públicas, por exemplo.

Existem fóruns fortemente articulados em torno de prioridades locais, como o Fórum de Pernambuco em torno da realização da vigília mensal de denúncia da violência contra a mulher, e outros com presença local articulada ao seu contexto próprio constituindo-se com debates de um projeto político para região, como é o caso do Fórum da Amazônia Paraense. Alguns tomam para si o debate sobre violência (Pernambuco, Bahia, Rio de Janeiro...), muitos atuam mais na área de saúde (Goiás, Pernambuco...), alguns enfrentam as questões de desenvolvimento, como é o caso do fórum do Espírito Santo, Ceará e Pará. Estas informações não se baseiam em um levantamento objetivo neste momento, apenas em observações esparsas das entrevistadas, mas sugerem uma diversidade de prioridades locais que, considerando as conjunturas específicas, podem facilitar ou dificultar a adesão às pautas nacionais propostas pelo Comitê Político da AMB.

“Os fóruns conseguem uma tal diversidade de organizações que é muito rica e dar este retorno de debate e mobilizações, porque, ao mesmo tempo você consegue ter força de mobilização, mas calcada em um grau de elaboração crítica que impulsiona o debate, ação, a proposição...é assim, as pessoas entram e saem dos fóruns, voltam quando tem um assunto quente, ajudam na elaboração mesmo sem ir pra reuniões, tem uns que tem carta de princípios, outros não... as pessoas pertencem aquilo engajadamente, não é um negócio que se bota um bótomo no peito e daí faz parte, é uma adesão mesmo, de ajuda a pensar, a construir...”<sup>22</sup>.

## **A AÇÃO POLÍTICA FEMINISTA DA AMB**

*Transformar o mundo pelo feminismo*

---

<sup>22</sup> Entrevista de Guacira César de Oliveira.

A referência política geral para atuação da Coordenação Executiva Nacional da AMB segue sendo a Plataforma Política Feminista, documento resultante da elaboração conjunta de vários movimentos de mulheres do Brasil, por ocasião da Conferência Nacional de Mulheres Brasileiras, em 2002. Anualmente, o Comitê Político, direção nacional da Articulação, decide as prioridades políticas do período e constrói as bases do plano de ação, elaborado posteriormente pela Secretaria Executiva e aprovado na Coordenação.

A Secretaria Executiva consolida este plano e, geralmente, elabora, ou solicita a alguma feminista que o faça, documentos que fundamentem estas prioridades e faz circular o debate, eletronicamente, para o Comitê Político, e através dele, para os Fóruns Estaduais de Mulheres. Este tipo de ação ocorre quando se avalia que é necessário consubstanciar um problema prioritário ou uma ação sobre a conjuntura ou quando se trata de novas questões que surgem no percurso do ano. Em momentos fortes de ação, a Secretaria usa um instrumento eletrônico chamado “Agenda Política”, no qual veicula textos subsídios de leitura rápida e orientações para os debates nos Estados. Obviamente que o grau de realização deste processo varia de um Estado para o outro.

São várias as pautas políticas prioritárias que são articuladas, muitas vezes ao mesmo tempo. Algumas recebem maior adesão dos Fóruns estaduais e outras menos, em função disso algumas ações nacionalmente articuladas são mais fortes e se realizam em todos os Estados e outras não. Por exemplo, a chamada nacional para uma grande mobilização contra a violência por ocasião do dia 08 de março de 2007, marcada por um apito<sup>23</sup>, teve adesão de todos os Estados, já a mobilização em torno da reforma política, também em 2007, contou com a participação ativa apenas de alguns fóruns estaduais.

A Secretaria Executiva trabalha também com dois outros instrumentos eletrônicos de comunicação e mobilização: o Boletim “Articulando Eletronicamente”, antes semanal e agora quinzenal, com 3 ou 4 páginas, e que também contem subsídios anexos articulados à uma seção interna ‘com-textos’.

---

<sup>23</sup> As manifestantes usavam o apito numa forma de fazer barulho conjuntamente como denúncia da violência contra a mulher e chamada de atenção ao poder público.

no qual são divulgados artigos de feministas, notas e cartas de movimentos sociais e outros textos vinculados a um problema noticiado no Boletim. O outro instrumento eletrônico é o “Articulando Assinaturas”, que possibilita recolher assinaturas dos fóruns estaduais, grupos, movimentos, ou de todas as mulheres que queiram, como mecanismo de consolidação de uma posição da AMB e de pressão sobre os poderes públicos. Há ainda o “Articulando EntreNós”, que é um instrumento eletrônico utilizado pela coordenação e/ou comitê político para tomada de decisão sobre algum fato da conjuntura.

Quando há uma forte adesão dos fóruns estaduais ao enfrentamento de um problema a Coordenação e/ou a Secretaria Executiva orienta com indicativos de ações locais, elaboração de panfletos, e quando possível repassa algum recursos financeiros para os fóruns estaduais para a elaboração de folhetos, bandeiras e outras necessidades de seus processos de mobilização. Em função deste modo de desenvolver a ação, existem diferentes panfletos da AMB sobre a mesma questão no mesmo período, assim como diferentes bandeiras confeccionadas nos Estados, todas com a sigla AMB e com o padrão estético próximo do que marcou o Encontro Nacional, porém diferentes entre si. Esta diversidade de formas de expressão é analisada positivamente por algumas coordenadoras como sendo algo que corresponde ao ideário que funda a AMB<sup>24</sup>.

Buscaremos exemplificar como, em experiências concretas, se expressa este modo de articular a ação política característico da AMB, em lutas prioritárias como: a defesa das políticas públicas para mulheres, o enfrentamento da violência contra a mulher, a defesa dos direitos das mulheres na previdência social, a reforma do sistema político e a articulação pela descriminalização do aborto. A descrição feita a seguir demonstra alguns elementos comuns, mas também diferentes procedimentos e diferentes resultados. Obviamente que as conquistas não se devem apenas ao modo de organizar a luta de um dado movimento, há fatores conjunturais intervenientes que favorecem ou dificultam os resultados de um processo, mas como nosso

---

<sup>24</sup> Registro da oficina com a Coordenação Nacional, junho 2007.

objetivo é discutir a existência ou não de um método, faz-se necessário apresentar estas informações.

### **A defesa das políticas públicas para mulheres**

A I Conferência de Políticas Públicas para Mulheres - CNPM, convocada pelo governo federal, foi em 2004. A AMB se organizou para atuar neste processo, que implica também em conferências municipais e estaduais, que tomam decisões sobre as políticas nestas esferas e elegem representação (delegadas) para o nível imediatamente subsequente. Esta atuação foi organizada em uma reunião entre a coordenação da AMB e as coordenações de outras organizações nacionais do movimento de mulheres.

A atuação consistiu em produzir um caderno de textos “Articulando a luta feminista nas políticas públicas” que subsidiou o debate dos Fóruns estaduais de mulheres. Neste caderno tinham propostas de Diretrizes de Políticas Públicas (de caráter nacional) e orientações estratégicas sobre a organização das conferências. De posse deste material os Fóruns estaduais realizaram seus próprios processos preparatórios, aos quais agregaram o debate sobre a situação nos seus Estados, articularam-se com outros movimentos e participaram ativamente das Conferências Municipais e Estaduais. O Boletim “Articulando Eletronicamente”, em três edições, orientou e noticiou o desenvolvimento desta ação de incidência nos Estados e na Conferência Nacional. A AMB atuou também de forma decisiva na comissão organizadora nacional e na relatoria da Conferência.

“As principais questões levantadas pela AMB e adensadas nos debates estaduais incluíram: a perspectiva de universalidade nas políticas públicas; uma visão integrada de políticas para mulheres, ou seja, intersetorialidade e não confinamento a um único ministério, e o princípio constitucional do Estado laico. Entre as propostas ganhas no plenário destacou-se o capítulo sobre *Natureza, princípios e diretrizes da Política Nacional de Mulheres* e a própria idéia de uma política de Estado. Esta era uma idéia e concepção ausente da proposta inicial e que foi construída, no processo, pela intervenção dos movimentos e para a qual concorreu o projeto da AMB. A abertura deste capítulo afirma que uma Política nacional implica reconhecer que a organização

do Estado interfere na vida das mulheres determinando, reproduzindo ou sancionando padrões de desigualdade de gênero e raça.

O texto aprovado afirma a responsabilidade do Estado pela universalidade dos direitos e afirma gênero e raça como componentes estruturais das relações sociais e econômicas. As diretrizes gerais, também ausentes da proposta inicial, afirmam o reconhecimento da violência em sua dimensão estrutural e histórica, a responsabilidade do Estado na alteração da divisão sexual do trabalho; o caráter redistributivo e desconcentrador de renda que deve marcar políticas que efetivamente combatam a pobreza entre as mulheres. Destaca-se, no âmbito da promoção da autonomia das mulheres, a indicação de revisão da legislação que criminaliza o aborto, questão primeira que vem sendo enfrentada pelo Plano Nacional de Política para Mulheres, elaborado pela Secretaria de Política para Mulheres em resposta a I CNPM<sup>25</sup>”.

Em 2007, por ocasião na II CNPM, esta estratégia foi reeditada. Desta vez os processos políticos ganharam maior complexidade, uma vez que era necessário fazer uma avaliação do Plano Nacional de Política para as Mulheres, resultante da I CNPM. Na avaliação da Secretaria, o resultado é positivo. Apesar dos enfrentamentos no processo à perspectiva de organização do governo que tomou por base o número de mulheres nos municípios desconhecendo a maior ou menor presença dos movimentos, a AMB e outros movimentos nacionais de mulheres conseguiram ter uma forte atuação conjunta na Conferência. Ademais, contrariando a posição oficial do governo, foi aprovada a proposta do movimento que demarca a obrigação do governo de enviar para o parlamento um projeto de lei pela descriminalização do aborto. Também foram alterados e acrescidos eixos ao Plano Nacional de Política para Mulheres cuja perspectiva é de mudanças nas condições de vida, a exemplo de trabalho e desenvolvimento.

### **O enfrentamento à violência contra a mulher**

O enfrentamento à violência contra a mulher é uma luta antiga do movimento feminista. Na AMB ela tem um processo sistemático desde 2003. Neste período a Secretaria Executiva organizou um trabalho nacional de

---

<sup>25</sup> Informe da AMB à Action Aid, 2004.

monitoramento das ações do Estado brasileiro em combate à violência contra mulher. Vários Fóruns estaduais aderiram a este processo, que teve início com um seminário nacional “O desafio feminista de monitorar a cidadania das mulheres”, no qual ficou estabelecido que, para a AMB, 'monitorar é um processo político', como está dito em seus documentos:

“Não vamos transformar os fóruns em centros de pesquisas, com a qualificação técnica que boas pesquisas requerem. Tão pouco vamos tratar as lideranças estaduais como auxiliares de coleta de dados para pesquisas de outras organizações. Tomamos outro caminho, promover o debate feminista sobre a violência, de forma sistemática e com método. Este debate será informado, não pela opinião pessoal de cada uma de nós, mas pela reflexão crítica coletiva sobre estudos que outras pessoas e organizações realizam<sup>26</sup>”.

Após o seminário a Secretaria Executiva formulou documentos de orientação para os processos nos Estados e divulgou textos de subsídios. Os Fóruns estaduais realizaram seus diferentes processos de monitoramento com debates sobre a violência contra mulher, visitas aos serviços públicos, reuniões com Ministério Público e com as Secretarias de Segurança Pública dos Governos Estaduais, seminários de aprofundamento da reflexão com a presença de pesquisadoras feministas, etc. Este processo foi sistematizados, nos Estados, por uma das organizações participantes do Fórum, e a nível nacional há uma síntese feita pela coordenação da AMB. Este material está disponibilizado no sítio eletrônico da AMB. Lá constam relatórios de 15 dos 27 Estados do Brasil, o que demonstra uma grande adesão. A intenção inicial era sistematizar o método de monitoramento e junto com ele publicar todo este material, para contribuir com a continuidade dos processos nos Fóruns Estaduais, mas isso não se viabilizou em função de outras prioridades da coordenação.

Esta ação política sobre a violência teve continuidade em 2004 com elaboração de um parecer sobre ao projeto de lei em tramitação no Congresso Nacional sobre violência doméstica (posteriormente aprovada e chamada Lei Maria da Penha), a participação em debates e audiências públicas sobre ele, e com um seminário nacional “Estratégias de lutas e política cultural

---

<sup>26</sup> Anexo do boletim “Aticulando EntreNós” n 11, de maio de 2003.

feminista contra violência”, realizado em parceria com ONGs e Núcleos Acadêmicos, este em 2005. Ainda em 2004, a AMB publicou uma revista (Bocas no Mundo n 03) com o tema Pela Eliminação da Violência contra a Mulher”<sup>27</sup>. Porém, este período, apesar destas realizações, e como elas mesmas indicam, parece não ter tido o mesmo grau de articulação entre as questões nacionais e as ações dos Fóruns Estaduais de Mulheres, do período anterior.

Em 2006 a Coordenação Nacional da AMB conclama os Fóruns Estaduais a uma ação conjunta contra a violência por ocasião do dia 08 de março, dia internacional da mulher. Além do processo anterior de monitoramento político serviu de estímulo a esta investida o fato de que desde janeiro 2006 o FMPE – Fórum de Mulheres de Pernambuco vinha realizando uma ação pública mensal, a Vigília contra a violência<sup>28</sup>, denunciando os índices de assassinatos de mulheres naquele Estado. A adesão dos Fóruns Estaduais neste momento foi total, e a vigília nacional foi realizada em todos os Estados<sup>29</sup> no dia 08 de março precedida de muitas entrevistas e debates nos meios de comunicação, panfletagens, debates e seminários, processos de reivindicação e negociação com os governos locais, etc. Neste mesmo ano foi aprovada no Congresso Nacional a Lei Maria da Penha sobre a violência contra a mulher que, entre outras coisas, alterou a classificação deste tipo de ato como 'crime de menor teor ofensivo' e as possíveis penas para os agressores.

Após a aprovação da Lei Maria da Penha os Fóruns Estaduais seguiram em movimento pela difusão dos novos mecanismos legais e pela exigência de instalação dos mecanismos e equipamentos públicos necessários para a sua aplicação. Por ocasião do dia 08 de março de 2007 a AMB conseguiu uma nova mobilização nacional, com manifestações públicas em todos os Estados, tendo como elemento central o apito, ou seja, em um dado momento todas/os participantes da manifestação (passeata, ato, vigília...) apitavam ao mesmo tempo como uma forma de denúncia da violência contra a mulher. Esta idéia foi desenvolvida a partir de uma ação organizada por um grupo popular de

---

<sup>27</sup> Informações obtidas no Relatório da AMB para Fundação Ford, de 2004.

<sup>28</sup> Sobre a ação do FMPE sobre a violência ver BIANCARELLI, Aureliano. Assassinatos de Mulheres em Pernambuco. São Paulo, Publisher e Instituto Patricia Galvão, 2006.

<sup>29</sup> Ver sistematização da vigília nacional de 2006 elaborada por Analba Brasão, da Secretaria Executiva Nacional da AMB.

mulheres, Cidadania Feminina, do bairro Córrego do Euclides, em Recife<sup>30</sup>. Nesta comunidade as mulheres se organizaram para apitar quando se sentem ameaçadas ou vêem alguma outra sofrendo algum tipo de violência, nestas ocasiões uma começa apitar bem forte e as que ouvem e dão continuidade até que muitas mulheres no bairro estejam apitando ao mesmo tempo. Esta medida tem intimidado ações locais de violência. O apitamento da Cidadania Feminina ganhou notoriedade pública pelo grau de mobilização e pelos resultados obtidos e, com isso, tem tido uma forte presença em meio de comunicação nacional.

Esta mobilização da AMB, em março de 2007, foi articulada também com outros movimentos sociais para além do movimento de mulheres. Nesta ocasião, vários movimentos estavam mobilizados contra a presença do presidente americano, George Bush, no Brasil. Nesta circunstância e em função da força que ganhou a luta das mulheres contra a violência foi possível articular ações comuns com vários movimentos sociais na maioria dos Estados.

### **A defesa dos direitos das mulheres na previdência**

No Brasil após a Constituição de 1988, e por conta das propostas populares apresentadas pelos movimentos sociais naquele período de forte mobilização, a Previdência Social passou a ser um direito universal e a fazer parte da política pública de Seguridade Social, ou seja, estar articulada à Saúde e Assistência Social. No âmbito da Saúde, por pressão social com destaque para o Movimento Sanitarista e com participação do Movimento Feminista, criou-se o SUS – Sistema Único de Saúde, que tem como princípios a descentralização e a universalidade do atendimento à saúde. No âmbito da Assistência Social criou-se a LOAS – Lei Orgânica da Assistência Social e agora está em construção o SUAS – Sistema Único da Assistência Social, como articulação dos mecanismos de gestão e execução desta política. Este processo de garantia de direitos sociais ocorreu ao mesmo tempo do advento do neoliberalismo no mundo que, no Brasil, implicou entre outras coisas, na redução do tamanho do Estado e a não

---

<sup>30</sup> Ferreira, Verônica, Batista, Carla e Santos, Joana. Sistematização de Experiência: Apitamento Contra a Violência. SOS CORPO, Recife, 2007.

priorização de gastos na área social. Mais recentemente a conjuntura internacional tem sido marcada também pelas negociações na OMC - Organização Mundial do Comércio, com fortes ameaças sobre os serviços públicos.

Como resultante desta situação temos uma política de saúde que debate-se entre o SUS e o financiamento público do setor privado, e uma política de assistência social que não se efetiva como possibilidade de redistribuição de renda. Neste ínterim o governo Fernando Henrique Cardoso realizou, em 1998, a primeira reforma da previdência, no sentido de adequá-la à perspectiva neoliberal, alterar seu caráter universal e transformá-la em seguro, ou seja, só tem direitos a benefícios e aposentadorias aqueles que contribuem com a Previdência. Uma outra reforma, mantendo o mesmo sentido ocorreu durante o primeiro governo Lula. Neste processo a coordenação nacional da AMB teve uma forte atuação contrária à reforma da previdência, com articulação de um grupo de interlocução feminista sobre o tema, organização de seminário na Câmara dos Deputados, cartas públicas de posição, pressão sobre os parlamentares, etc, mas contou com uma baixa adesão dos Fóruns Estaduais de Mulheres. Isso se deve em parte às dificuldades próprias da articulação nacional com poucos recursos, mas também por ser um tema novo no Movimento Feminista que exigia uma boa compreensão dos direitos no campo do trabalho e da proteção social. Apesar disso a reforma incorporou uma das posições fundamentais defendidas pela AMB: a criação da possibilidade de inclusão de trabalhadores/as informais na previdência social.

Neste momento, 2007, o Brasil discute uma nova reforma da previdência. O presidente Lula constituiu um Fórum específico para formulação da proposta para esta reforma composto pelo governo federal, empresários e representantes das Centrais Sindicais. A coordenação da AMB recolocou o problema para os Fóruns Estaduais e para outros Movimentos de Mulheres e desta vez contou com uma adesão bem mais ampla. A AMB lançou o Fórum Itinerante e Paralelo sobre Previdência Social – FIPPS, em parceria com a AMNB – Articulação de Organizações de Mulheres Negras Brasileiras, FENATRAD – Federação Nacional de Trabalhadoras Domésticas, MMM – Marcha Mundial de Mulheres, MMC – Movimento de Mulheres Camponesas,

MMTR-NE – Movimento de Mulheres Trabalhadoras Rurais do Nordeste, MIQCB – Movimento Interestadual de Quebradeiras de Coco Babaçu e Campanha Nacional pela Aposentadoria das Donas-de-Casa.

“Este fórum é uma resposta à exclusão do movimento de mulheres como integrante do fórum oficial”, diz o documento do FIPPS, “as mulheres pretendem com esta ação dar visibilidade à sua exploração no mundo do trabalho e dar voz a todos os segmentos de mulheres trabalhadoras informais, precarizadas e excluídas da proteção previdenciária, para si e suas famílias”. A adesão de outros movimentos de mulheres e dos Fóruns Estaduais da AMB tem possibilitado à realização de vários momentos de mobilização do Fórum Paralelo em vários Estados, a divulgação de um panfleto com as propostas do movimento e a circulação de um ‘abaixo-assinado’ nacional exigindo uma Previdência Social redistributiva e universal, que garanta os direitos das mulheres em qualquer tipo de trabalho: doméstico não remunerado, informal ou no mercado formal.

### **A reforma do sistema político**

A Plataforma Política Feminista, resultante da Conferência de Mulheres Brasileiras, organizada pela AMB e outras articulações nacionais do Movimento de Mulheres, já colocava com ênfase o problema da desigualdade de poder entre homens e mulheres no sistema político brasileiro. Não havia ainda uma proposta que permitisse construir posição e mobilização nacional do movimento feminista em torno deste problema. Em 2005 a AMB participou em conjunto com outros movimentos sociais, ongs e setores da igreja católica, de um seminário cujo objetivo era discutir a democracia brasileira e questionar o atual modelo do sistema de representação. Aí começou a surgir a proposta de reforma do sistema político.

O grupo articulado naquele seminário organizou um conjunto de seminários nos Estados e regiões do país, em 2006, para fazer a crítica ao

sistema político e elaborar propostas para uma mobilização nacional por reformas na estrutura de poder político. A AMB fez circular este debate através de seus veículos de comunicação, conclamando a participação ativa. Os Fóruns Estaduais de Mulheres tiveram participação nestes seminários regionais com grau de adesão diferenciada, mas, apesar disso um grande número de representantes dos Fóruns esteve presente no Seminário Nacional que fechou o processo de elaboração e atuaram de forma conjunta. A partir deste farto material elaborado foi construído a *Plataforma dos Movimentos Sociais por Uma Reforma Política Ampla, Democrática e Participativa*, e consolidado um grupo nacional de movimentos sociais e ongs que seguem coordenando a mobilização nacional de defesa desta plataforma.

A Plataforma tem cinco eixos em torno dos quais se inscrevem as diversas propostas vindas dos seminários regionais e nacional: democracia direta, democracia participativa, democracia representativa, poder judiciário e comunicação. Em todos estes eixos a AMB conseguiu colocar propostas relativas à geração de condições favoráveis à ampliação da participação das mulheres nos espaços de poder. Além disso, todos os movimentos e organizações atuantes na mobilização da Plataforma assumiram a questão da situação de poder das mulheres como um problema para a construção da democracia e encamparam as propostas feministas, claro que nem todos com a mesma ênfase no debate público.

Em 2007 a mobilização por uma reforma política conseguiu articular no Congresso Nacional a retomada deste debate que estava sem força naquela casa legislativa. Foi constituída uma Frente Parlamentar pela Reforma Política que, pela primeira vez no Brasil, tem uma coordenação com participação social, da qual a AMB faz parte. Neste processo a AMB, em conjunto com a Marcha Mundial de Mulheres, a Secretaria Nacional sobre a Mulher Trabalhadora da CUT e com apoio da Secretaria de Mulheres do PT-Partido dos Trabalhadores e da Fundação Friedrik Ebert, organizou um seminário nacional para gerar um consenso entre o movimento feminista sobre as propostas a defender na mobilização em torno da Plataforma de Reforma Política. A ênfase do movimento feminista é na articulação de um sistema integrado de participação popular que incluía conselhos, conferências e

processos de participação na elaboração do orçamento público; na regulamentação dos instrumentos de participação direta como plebiscito, referendo e projeto de lei de iniciativa popular; na obrigatoriedade, para eleições legislativas, da apresentação pelos partidos de listas fechadas com alternância de sexo na sua composição; no controle social sobre o judiciário e na democratização da comunicação com destaque para o controle sobre concessões e para criação de um sistema público de comunicação.

Como resultante deste processo a AMB avalia que conseguiu pautar junto a outros Movimentos Sociais, ao Parlamento e à mídia alternativa a defesa das condições de participação política das mulheres. Também foi possível apresentar à sociedade a crítica feminista ao sistema político e contribuir para organização da Plataforma para Reforma Política que tem nitidamente uma perspectiva de transformação favorável às mulheres. No Congresso Nacional este processo foi inicialmente derrotado, pois o debate ficou em torno de uma reforma política mínima, composta apenas de questões partidárias e eleitorais. Apesar disso o processo está tendo continuidade com debates nos Estados, produção de cartilhas e vídeos para educação e mobilização em torno da proposta, constituição de frentes parlamentares estaduais, oficinas no Fórum Social de Nordeste, etc.

### **A articulação pela descriminalização do aborto.**

A descriminalização do aborto é uma questão permanente para o movimento feminista. Muitas ações foram desenvolvidas pela AMB, por outras organizações e pelos Fóruns Estaduais debatendo este assunto. A Rede Feminista de Saúde, Direitos Sexuais e Direitos Reprodutivos, historicamente, assumiu a liderança de articulações nacionais em torno da questão. Em Conferências Nacionais de Saúde, que decide a política da área, já foram aprovadas resoluções favoráveis. Em 2005 as feministas criaram uma articulação, reunindo diversas organizações e movimentos, chamada Jornadas Brasileiras pelo Aborto Legal e Seguro, com o intuito de fazer ações conjuntas em defesa do direito ao aborto.

Todos os Fóruns Estaduais de Mulheres, ligados à AMB tem posição favorável à descriminalização do aborto. O mesmo ocorre com todos os

outros movimentos de mulheres que atam no plano nacional. Há uma articulação com este intuito, a Jornadas. Todavia, existem dificuldades para estabelecer uma estratégia única e suficientemente forte para impulsionar esta luta no Brasil.

Em 2006 a AMB, através de sua representante no Conselho Nacional dos Direitos da Mulher, participou de uma comissão tripartite criada pelo governo federal, que reunia representantes dos ministérios, da sociedade civil e do parlamento, para formular uma proposta do executivo para o Congresso Nacional. A discussão foi feita e a proposta elaborada defendia a descriminalização do aborto e o atendimento das mulheres no âmbito do Sistema Único de Saúde. O governo, através da SPM – Secretaria de Política para Mulheres, encaminhou a elaboração ao Congresso Nacional, mas não como um projeto de lei do Executivo, apenas como um documento propositivo da comissão. Esta situação permanece até hoje, tendo como novidade que, possivelmente, abre uma nova conjuntura na luta pela descriminalização do aborto, o posicionamento público favorável e enfático do atual Ministro da Saúde, embora não seja uma posição do governo com um todo. Recentemente, apesar a posição contrária e manifesta do governo federal, a descriminalização do aborto foi aprovada na Conferência Nacional de Política para Mulheres com recomendação de que o governo federal encaminhe um projeto do executivo para discussão no Congresso Nacional.

Articular este conjunto de pautas atuais, nacionalmente, segue sendo um desafio para a Coordenação da AMB. Em diferentes momentos da conjuntura umas ganham maior força que outras, não apenas pela presença ou não de fóruns estaduais, mas também pela própria ação da coordenação nacional e de seus escassos recursos para construir fundamentação e mobilização a cerca de todas estas questões.

## **CONSTRUINDO UM MÉTODO**

"um mais um é sempre mais que dois..."

O histórico da AMB e o detalhamento do seu modo de organização e de ação política, apresentados nas partes anteriores desta sistematização, nos permitiram vislumbrar alguns elementos comuns às várias experiências descritas. Isso indica um processo de formação de uma metodologia própria, visto à posteriori, mas não parece que ele tenha sido previamente estabelecida como uma decisão consciente da Coordenação ou do Comitê Político, e nem que ele possa ser visto como uma proposição já pronta e estabelecida. Esta sistematização demonstra que, ao longo da sua história, por tomar decisões político-organizativas baseadas nos mesmos princípios feminista, a AMB construiu um jeito de fazer política que buscaremos resgatar sinteticamente aqui, a partir dos elementos que constituíram esta ação.

Alguns elementos e/ou princípios feministas foram adotados desde o início da construção da AMB e estão na base de suas decisões sobre seu modo de funcionamento e atuação, senão vejamos:

- **A idéia de dar espaço para a voz das mulheres**, nas suas diferentes expressões organizativas: grupos populares, ongs, núcleos acadêmicos, mulheres não vinculadas à nenhuma organização, mulheres organizadas em diversos movimentos sociais. Isso ocorre através de procedimentos adequados para este objetivo que vão desde estímulo à auto-organização dos fóruns até roteiros de debates de temas e sistematização de propostas surgidas aí.
- **Reforço à autonomia e auto-organização das mulheres**: desde o início esta premissa embasa o modo de fazer articulação da AMB, que considera as diferenças e especificidades das organizações locais. Para o feminismo autonomia não significa voluntarismo ou individualismo, mas uma crítica ao modo de organização centralizadora e hierarquizada, e a capacidade de realizar ação coletiva com a força do movimento articulado.
- **Garantir a participação da diversidade de mulheres organizadas**: negras, lésbicas, jovens, da cidade e do campo... Esta é uma intenção

manifesta, mas a presença de organização de mulheres na AMB ainda é majoritariamente urbana e a referência de organizações que a constituem não é a de cada segmento de mulheres (negras, lésbicas, etc.) e sim os Fóruns Estaduais. Entretanto, estes fóruns, por sua vez, congregam esta diversidade de organizações e movimentos ligadas a situações específicas das mulheres. A outra forma de estimular isso é o convite à presença de organizações nacionais do movimento de mulheres nas reuniões do Comitê Político, pois a AMB estimula e apóia a organização das diversas expressões das mulheres como sujeito político e, por isso, se associa a articulação de mulheres negras, lésbicas, trabalhadoras rurais, domésticas, sindicalistas, entre outras. A AMB trabalha também baseada na idéia de que existe uma experiência comum em *ser mulher* que pode nos unificar em ações políticas e por isso busca propor pautas que possam interferir na situação de vida da maioria das mulheres.

- **Análise crítica feminista dos problemas das mulheres.** Este elemento está presente desde a escolha de prioridades baseadas em análises da conjuntura econômica e política, passando pela construção dos problemas e os argumentos necessários para os debates, até a forma de atuação frente ao Estado e à sociedade em torno daquele problema. Esta capacidade crítica, todavia, parece não ser tão comum no conjunto da militância da AMB, mas algo que é continuamente subsidiado pela Coordenação, Secretaria Executiva e por feministas convidadas a contribuir problematizando alguns temas prioritários, tanto a nível nacional como nos Estados.
- **A adesão às pautas políticas propostas pela AMB gerando consenso na ação.** Esta perspectiva faz com que as decisões nacionais, embora tomadas no Comitê Político com representação de todos os fóruns estaduais ou na Coordenação com representação das regiões, não sejam tomadas como *obrigação de fazer* pelos Fóruns Estaduais e/ou grupos que os compõem. A adesão é decidida nos debates dos Fóruns estaduais, que estabelecem também o grau de empenho que colocará naquela mobilização. Isso possibilita uma participação engajada na construção dos processos nacionais, mas também causa dificuldades quando um tema ou problema

proposto é novo e não há debates acumulados nos fóruns e organizações locais, este método pode também fazer com que não haja um forte engajamento nacional na questão.

- **Trabalho permanente de mobilização e comunicação.** A articulação política feita pela AMB é baseada em proposição e argumentação sobre problemas tendo como mecanismo impulsionador os instrumentos de comunicação, majoritariamente eletrônicos, em função dos poucos recursos financeiros, mas, sempre que possível, com publicações em papel. A comunicação da AMB tem um caráter de comunicação política, movimentalista e estimuladora da adesão e da diversidade de realização de formas locais de ação. Ao mesmo tempo ela é um espaço de difusão de argumentos e de elaborações feministas com os subsídios que põe em circulação.
- **Formação política feminista:** As diversas entrevistas realizadas ressaltam a importância de criar espaços de formação política feminista baseada no intercâmbio de experiência, na reflexão e análise teórica, e na elaboração de estratégias para ação. Entretanto, não obstante no momento esteja acontecendo um processo de formação nacional sobre a violência contra a mulher em diferentes contextos, isto ainda não é uma constante na AMB e ainda não há uma formulação consolidada sobre em que consistiria uma política interna de formação.

### **Resgate do processo: construindo um padrão**

A idéia de adesão autônoma às pautas políticas para gerar autonomamente um consenso na ação é um elemento forte desta metodologia que vem sendo construída na trajetória da AMB. Ao longo da história foi se gerando um padrão de como desenvolver os processos políticos e ao mesmo tempo conduzir a auto-organização. Este padrão consiste em alguns passos:

1. Formulação do problema e o estabelecimento dele como prioridade para ação política da AMB. Isso é feito no Comitê Político e/ou na

Coordenação, ainda que, muitas vezes por proposição da Secretaria Executiva;

2. **Fundamentação do problema a partir da análise crítica e da construção de posições políticas, argumentos e estratégias para seu enfrentamento. Este debate é feito em reuniões e seminários e/ou com textos subsídios elaborados por feministas da Coordenação, dos Grupos de Trabalhos e/ou colaboradoras e integrantes de organizações feministas ou parceiras do movimento de mulheres.**
3. **'Consulta Nacional', se for o caso, ou circulação da 'Agenda Política Feminista'. Material com subsídios teórico-políticos, estratégias de ação nacional e orientações para debates e/ou ações públicas no plano local sobre aquele problema. Neste item insere-se também outros materiais de orientação como as publicações impressas a exemplo da revista específica para Conferências 'Articulando a Luta Feminista nas Políticas Públicas'.**
4. **'Articulando Assinaturas' circula nacionalmente quando é o caso de coleta de assinaturas para alguma proposição. Isso ocorre ao mesmo tempo em que os fóruns estaduais realizam ações políticas de articulação, comunicação ou mobilização nas capitais e principais cidades dos Estados, variando em função da situação do movimento de mulheres no Estado. Também pode ser o caso deste momento consistir em envio de mensagens de pressão para o Congresso Nacional ou algum órgão do Poder Executivo ou um 'abaixo-assinado' em papel que percorre todos os grupos e é usado nas ações de ruas para angariar adesões.**
5. **Ações locais nacionalmente articuladas. Esta é uma modalidade de ação que vem sendo feita ultimamente e consiste em estabelecer um dia nacional de mobilização em torno de uma questão, no qual são realizados diferentes tipos de mobilização e ações de divulgação pelos Fóruns Estaduais, em cada local. Nestes momentos são elaborados materiais de divulgação em cada local que consideram mais ou menos as orientações nacionais: faixas, panfletos, bandeiras, CDs de música, falas para gravações que circulam em carros-de-som, etc. São exemplos disso as ações pela descriminalização do aborto, ações pelo fim da violência**

contra a mulher, participação no Grito dos-as Excluídos-as com carta nacional sobre as eleições, entre outras.

6. Ação nacional articulada. Consiste em ações nacionais desenvolvidas a partir dos processos nacionais e que envolvem a Coordenação da AMB e a participação dos Fóruns Estaduais, variando de acordo com o grau de adesão dos fóruns aquela luta ou processo político. São exemplos a participação da AMB nos processos FSM, nas Conferências de Políticas Públicas, no processo de participação social para elaboração do PPA – Plano Plurianual do governo federal, a construção do Fórum Paralelo da Previdência Social, a mobilização em torno da Plataforma de Reforma Política, entre outras.

### **Refletindo sobre a nossa experiência**

Este padrão que vem sendo construído deve-se, possivelmente, aos princípios feministas de auto-organização, de autonomia e horizontalidade que estabelecem o modo de articulação, para dentro e para fora, como uma relação entre sujeitos políticos. A contradição entre autonomia organizativa e liberdade de ação política, por um lado, e a necessidade de ações e decisões nacionalmente articuladas em um país com as proporções geográficas do Brasil para enfrentar a situação de desigualdade, por outro, parece ser uma tensão produtiva no sentido de evitar o risco da centralização mas ao mesmo tempo estimular a ação da AMB como um movimento social nacional frente ao Estado e a sociedade brasileira, e em especial na relação com outros movimentos sociais. Este método, associado à ação de outras organizações nacionais do movimento de mulheres, tem possibilitado colocar as mulheres na cena pública nacional a partir de suas próprias idéias e ações.

As ações dos movimentos de mulheres, e da AMB em particular, tem se pautado por uma crítica contundente ao modo de estruturação da sociedade brasileira baseado no sistema patriarcal e capitalista. Desde a elaboração da Plataforma Política Feminista a AMB trabalha pela compreensão de que as desigualdades de raça, de classe e de gênero estão imbricadas na produção de uma situação de vida que estabelece interdições muito complexas a autonomia

das mulheres, que vão desde as dificuldades de falar em público e de refletir sobre as suas próprias experiências até a possibilidade de deslocamentos em sua própria cidade e de auto-organização no movimento autônomo. Daí porque torna-se fundamental para a própria construção do movimento feminista criar espaços próprios onde nós mulheres tenhamos possibilidade de refletir, construir posições políticas, articular ações e estabelecer relações com outros movimentos sociais na construção de processos de transformação.

A perspectiva organizativa adotada pela AMB, embora tenha dificuldades em sua implementação, pressupõe alguns elementos: a relação entre sujeitos, adesão por decisão própria, geração de argumentos, consensos criados na ação, respeito à diversidade de sujeitos e de modos de ação e organização, etc. Esta forma de organização e de ação política tem sido fundamental para a construção da AMB como uma articulação nacional feminista com crescente poder de incidência sobre as políticas públicas do Estado brasileiro para realização dos direitos das mulheres.

O feminismo da AMB tem inovado nas questões que coloca para a sociedade brasileira tanto do ponto de vista da luta simbólica quanto das condições materiais de existência. Exemplo disso é ter pautado a desproteção ao trabalho, no debate da reforma da previdência, com base em argumentos sobre o trabalho doméstico não remunerado realizado pelas mulheres. Ao mesmo tempo que exige o direito a aposentadoria para mulheres que não estão no trabalho formal o movimento põe em questão a legitimação social da divisão sexual do trabalho.

A experiência de organizar a AMB como movimento social, feminista e anti-racista, de caráter nacional, exige permanentemente 'coerência entre a intenção e o gesto', ou seja, entre os princípios que propaga e o método de organização e ação política. Certamente isso nem sempre se realiza conforme desejado, como tentamos demonstrar, mas a intencionalidade de manter a firmeza de princípios e a flexibilidade na ação cotidiana tem sido a forma de seguir fazendo ecoar a voz das mulheres como sujeito político na sociedade brasileira.

**LISTA DE DOCUMENTOS PESQUISADOS**

Documento do I ENAMB – Encontro Nacional da AMB. Goiânia, dez, 2006

Vídeo Conferência Nacional de Mulheres Brasileiras. DF, 2002.

Sistematização do monitoramento sobre violência contra a mulher. Sítio da AMB: [www.articulcaodemulheres.org.br](http://www.articulcaodemulheres.org.br)

Sistematização sobre o apitão: Ferreira, Verônica e Santos, Joana. Recife, SOS CORPO, 2007.

**LISTA DE PESSOAS ENTREVISTADAS:**

1. Guacira César de Oliveira - DF
2. Schuma Schumacher - RJ
3. Maria Betânia Ávila - PE
4. Silvia Camurça - PE
5. Analba Brasão ferreira - RN
6. Nelita Frank - RO
7. Graça Costa – PA
8. Marta Cezária - GO
9. Maria Lúcia Lopes de Oliveira (Malu) – PB
10. Joana Santos – PE